

Clínica psicanalítica e ética¹

Vanessa Campos Santoro

Resumo

A autora aborda a ética da psicanálise em sua vertente clínica. A ética da psicanálise é a ética do bem dizer, ou seja, é a palavra que produz um efeito operatório no tratamento. Cada interpretação reconduz o sujeito à escolha de seu desejo e de seus modos de gozo, levando em conta que a ética da psicanálise é manter a estrutura de falta do inconsciente. Lacan faz uma articulação *sui generis* entre a coisa kantiana, heideggeriana e freudiana, para concluir como Freud que o sujeito não é o sujeito kantiano, nem heideggeriano e sim o sujeito dividido por essa perda de gozo na origem, pois *Das Ding* está desde sempre perdido.

Palavras-Chave

Transferência e interpretação – Posição de analista – Desejo de analista – Ética do bem dizer – A coisa kantiana – A coisa heideggeriana – *Das Ding* – objeto a.

“Evidentemente não estou tão convicto esta noite para dizer que, quando se faz psicanálise, sabe-se para onde se vai. A psicanálise, como todas as outras atividades humanas, participa incontestavelmente do abuso.

Agimos como se soubéssemos alguma coisa.

No entanto, não é tão certo que a hipótese do inconsciente tenha mais peso que a existência da linguagem.”

Jacques Lacan (Abertura da Seção Clínica)

Trazemos para apreciação de vocês algumas reflexões suscitadas pelo tema do VI Fórum Mineiro de Psicanálise: “A Ética da Psicanálise: do particular ao coletivo” no que concerne à clínica.

Em “Direção do Tratamento e os Princípios de seu Poder” (1958) Lacan trabalha dois conceitos fundamentais da psicanálise: a *transferência* é o motor da análise e a *interpretação* é a arma do analista.

Podemos pensar a análise como uma “guerra” contra o ego, no sentido da dificuldade em ter acesso ao inconscien-

te. A dificuldade é vencer a barreira do imaginário, do sentido, para chegarmos ao sem-sentido, ao para além da consciência e deciframos o que são as determinações do inconsciente.

Para que a análise seja efetivamente psicanálise é preciso algo mais estrutural.

A análise não tem nada contra os objetivos da psicoterapia, ou seja, que o sujeito melhore, deixe de sofrer, consiga coisas que deseja, isso a análise também quer, só que não faz arranjo egóico.

Há algo de impostura estrutural na psicoterapia que trabalha apenas o inconsciente e o ego.

A primeira coisa que o analista tem que fazer é abdicar do poder que lhe é

¹ Trabalho apresentado no VI Fórum Mineiro de Psicanálise – São João del-Rei/2006

conferido pela transferência e se lembrar que a ética da psicanálise diz respeito à posição analítica e não à profissão de analista.

Neste texto, como em toda a sua obra, Lacan faz a distinção entre demanda e desejo, relacionando a demanda com a transferência e o desejo com a tática.

A demanda é a necessidade que passa na ordem da fala. Só que nem tudo da necessidade passa na ordem do significante, e o que não passa conserva aquela força que a necessidade tem de exigência de satisfação. Nem tudo pode ser significantizável dessa necessidade e o que resta dessa operação de entrada da necessidade na linguagem é o desejo.

D → Demanda
N-D=d d → desejo
N → Necessidade

O desejo é uma força, um vetor que passa pelos significantes, e sempre se utiliza do significante para correr por aí, como “*le ruisseau du désir*”, o riachinho de desejo.

Então é o analista com sua oferta que cria uma demanda de saber. Mas, eis o *ponto ético* na clínica, ele cria a demanda de saber e não responde à demanda do cliente, para mostrar que o verdadeiro sujeito suposto saber não é ele, é o analisante, que tem de escutar o que seu ego não quer nem saber.

O analista não pode responder desse lugar da demanda, o que seria uma impostura, pois ele não sabe de fato. Pode sim apostar que há ali um sujeito do inconsciente e decifrar junto com o analisante.

Talvez uma das grandes diferenças entre a psicanálise e a psicoterapia é que esta tende a responder às demandas.

A demanda vem com uma asserção, de um “me dá”, quando se trata da de-

manda ao Outro, demanda oral, e de um “cadê”, demanda do Outro, demanda anal.

O desejo, que é uma pergunta “*che vuoi?*”, só advém quando não se atende a demanda. Para que a análise progrida, cabe ao analista presentificar o que é o desejo do outro para o sujeito, ou seja, fazer aparecer o desejo do outro, sem que ele se torne o outro para aquele sujeito.

É com seu desejo que o analista vai fazer surgir a dimensão do desejo do outro.

Na “Direção do Tratamento”, Lacan acrescenta a política e a ética que ele vai enquadrar à tática e à estratégia bélica.

Que política é essa? Uma política baseada na falta, que ele chama de política da falta a ser. Lá, onde o analista poderia comparecer com seu poder, ele tem que faltar, o que não quer dizer paradoxalmente que não seja ele que conduz o tratamento, mas que sua arma não é o poder e sim o manejo da transferência e a interpretação.

Lacan acrescenta neste texto que é necessário desenvolver uma ética para a psicanálise.

O que é a ética? A ética enquanto tal é a disciplina por excelência que diz, que regula, regimenta, dirige as ações do indivíduo. O que se deve encontrar na base da ética da psicanálise é o desejo de analista. É o que vai reger as ações do analista desde a interpretação.

Somente dez anos depois da “Direção do Tratamento” é que Lacan vai desenvolver o que é o desejo de analista, que se distingue de tudo o que ele define como desejo do inconsciente.

Lá onde se poderia esperar o comandante, o mestre guerreiro analista, encontramos uma política da falta a ser, algo baseado no desejo de analista, que é um desejo marcado pelo não-saber.

Segundo Colette Soler, citada por Miller em “No hay clínica sin Ética”, a

ética da psicanálise é a ética relativa ao discurso do analista, isto é, de ninguém.

Contrariamente à ilusão filosófica, a ética é relativa ao discurso: a ética do senhor não é a do analista; a ética da universidade não é a da histórica.

Lacan em “Observação sobre o Informe de Daniel Lagache” - *Écrits* p. 684 – nos diz: “Uma ética se anuncia convertida ao silêncio, pela avenida não do espanto, mas do desejo”.

Não é a ética vociferante de Moisés, nem que tende à universalização, como a de Kant. É a ética que não pretende prescrever, não dá preceitos, se cala. Só há análise do particular, que utiliza a palavra e o campo da linguagem.

A ética da psicanálise, portanto, é a do bem dizer. Lacan já a apresentava em “Função e Campo da Palavra e da Linguagem”. Deveria ser dito: “função, campo e ética da palavra, da linguagem e do bem dizer”.

E o que é o bem dizer? Não se trata do dizer belo, com eloquência, e sim da palavra que produz um efeito.

Daí que a ética da psicanálise se refere à interpretação. Não poderia ser de outra maneira, pois a ética da psicanálise é a ética do desejo e o desejo é sua interpretação.

De fato, Lacan escreve o *Seminário VII*, sobre A Ética, em continuidade ao seminário sobre *O Desejo e sua interpretação*.

Trata-se de desnaturalizar o desejo, que não é produto dado pela natureza humana, e fundar a estrutura do desejo sobre a ética e não sobre a psicologia.

São colocadas lado a lado a interpretação e a ética e toca-se num dos pontos preciosos de “A Direção do Tratamento”, que é a incompatibilidade do desejo e da palavra – *esboço do objeto a* – “a virtude alusiva da interpretação”, ilustrada pelo dedo levantado de São João Batista no quadro de Da Vinci.

O desejo de analista no tratamento, portanto, não tem nada a ver com a transferência; o desejo de analista não é mais que sua interpretação.

O desejo de analista é uma categoria ética, mas deve ser operatória no tratamento. Na vertente do enunciado, o analista se ocupa da tática, mas na enunciação o que está em questão é a ética.

Entre os enunciados que produz o analista temos aqueles que portam uma significação e outros que são objeto de engodo, de burla, como os Ah!, Ih!, Oh!, Unhum!..., que além da função de fato, põem a enunciação em posição de enigma, de uma forma bem econômica. Ou seja, o uso nas interpretações não só das decifrações, postas preferencialmente de maneira enigmática, mas também das exclamações e interrogações nos fala dessa tática que leva em conta a ética do analista e que pretende colocar o analisante diante do seu *vazio*.

Miller fala em “No hay clínica sin ética” (*Matenas I*, Buenos Aires: Manantial, 1987) que as exclamações e interrogações são emblemas da ética da psicanálise.

Portanto, a ética da psicanálise é manter a estrutura de falta do inconsciente.

Retomando a conceituação freudiana de *das Ding* – a Coisa – que encontramos no *Projeto* de 1895, Lacan faz no *Seminário VII* uma articulação *sui generis* entre a coisa freudiana, a coisa kantiana e a coisa heideggeriana.

A coisa kantiana

Kant, ao estudar o conhecimento, desenvolve na *Crítica da Razão Pura* o estudo do objeto. O conhecimento dos objetos para Kant está compreendido no fenômeno e no número. O fenômeno corresponde ao objeto sensível (visível) e o número, à coisa, na medida em que ela não é objeto de nossa intuição sensível. Segundo Lacan, o número nada mais é que o furo no simbólico.

Todos os objetos para Kant contêm algo de permanente que é a substância. A substância, então, é o que existe de permanente no fenômeno.

Para Kant, existe então uma diferença entre, de um lado, substância e objeto empírico e de outro a coisa em si, sem substância.

Assim a lei moral, com seu imperativo categórico, deve-se situar além do princípio do prazer. Sua fórmula coercitiva que comanda a vontade é o que Freud faz equivaler ao Supereu.

A coisa heideggeriana

Lacan se inspira em um ensaio de Heidegger intitulado *das Ding*. Nele Heidegger questiona: O que é uma coisa? E faz uma diferença entre a coisa (*Ding*) e o objeto (*Gegenstand*). O objeto para Heidegger é o que se coloca diante de nós, correlato de uma percepção, uma lembrança, imaginação ou pensamento.

Ding, pelo contrário, caracteriza-se por sua posição autônoma e pode ou não se tornar objeto, na forma de uma percepção ou lembrança. O que caracteriza a coisa é o fato de ela manter-se em si mesma como autônoma. O que pertence à coisa como tal? Heidegger toma como exemplo um jarro. O que faz do jarro um jarro é a sua qualidade de continente. Quando enchemos o jarro com água, não são o fundo ou as paredes que se enchem. O que é continente no jarro é o *vazio*. É o *vazio* que faz com que o jarro seja continente. O ceramista que fabrica o jarro apenas dá forma ao *vazio*, ou seja, o que faz do jarro uma coisa não reside na matéria que o constitui, mas no *vazio* que contém.

Aí reside a coisidade propiciada por *das Ding*.

A coisa freudiana

Em Freud, a noção de coisa (*Ding*) como algo fora do campo da linguagem

aparece já no texto das Afasias de 1891, quando a noção de associação objeto e representação coisa (*Sacheworstellung*) aparecem pela primeira vez. Como já foi dito anteriormente, é no *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895) que Freud lança mão do conceito de *das Ding* – a Coisa – como o irrepresentável e o inapreensível e que mantém uma relação de extimidade com o simbólico.

Ao descrever a gênese do pensar, Freud distingue um componente perceptivo constante (*das Ding* – a Coisa) e os investimentos cambiantes, os atributos ou predicados da coisa (b, c). Descreve então a representação lembrança (a+b) e a representação percepção (a+c), que devem ser confrontados e submetidos à função do julgamento. Os atributos mudam, mas há uma pequena coisa que está sempre lá e escapa ao julgamento.

A coisa está presente, também, no chamado complexo do próximo (*Nebemensch*), como no exemplo dado ao abordar o pensar discernidor.

Na relação do *infans* com o seu semelhante, este foi o objeto que se constituiu como primeiro objeto de satisfação ou objeto hostil. O complexo do próximo é também separado em duas partes, desde que o objeto original era apenas semelhante e não igual ao atual.

Desta forma, o complexo do próximo se divide em duas partes: uma constante, que se mantém como coisa (*Ding*), e outra que pode ser rastreada pela atividade mnêmica.

Das Ding então permanece como este exterior à cadeia das *Bahnungen*, ou seja, da cadeia significante.

Este estranho (*fremde*), como acentua Lacan no *Seminário VII*, pode ser num dado momento mesmo hostil, estando, portanto, além do princípio de prazer. É, no entanto, em torno deste exterior que se organizam as representações e se encaminha a orientação subjetiva.

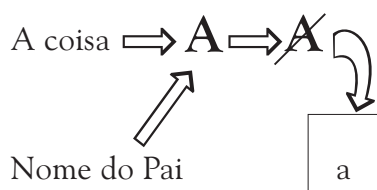
A coisa, este objeto perdido, na realidade nunca existiu, é uma coisa mítica que tentamos reencontrar, sem jamais conseguir, pois ela constitui a falta estrutural do desejo que alguns significantes mestres apontam para o sujeito. O que vem barrar a coisa do gozo é um traço significativo – o traço unário – que é a marca da identificação do sujeito no registro simbólico.

Esse traço é a marca da lei, que será atribuída ao pai na ficção edípica, na medida em que a mãe vem ocupar o lugar da coisa, ou seja, o vazio da coisa é ocupado por este Outro originário, sem barra, do qual o perverso é instrumento e o psicótico é escravo. O Outro originário representa o simbólico, o campo do Outro, tesouro do significante.

O complexo de Édipo vela, pois, o vazio do gozo da coisa e atribui a esta um caráter de coisa proibida, quando, na verdade, ela é impossível, está para sempre perdida.

A coisa, como a define Lacan, é “aquilo que do real padece do significante”, ou seja, a coisa é barrada pelo significante nome do pai, significante da lei, esvaziando-a de gozo.

O vazio da coisa é ocupado pelo Outro originário e barrado pelo nome do pai.



O objeto, então, é o que resta da coisa no real. O *objeto a* é o conceito lacaniano que aponta e nomeia o retorno no real do gozo esvaziado da coisa pela lei simbólica. É um objeto sem substância, a não ser de gozo, substância episódica em sua forma oral, anal, escópica e invocante, que não pode ser apreendida pela sensibilidade ou pela razão, podendo apenas ser experimentada pelo

sujeito do desejo. É no dizer de Lacan, “a sombra de uma sombra”.

No entanto, “para que os objetos do mundo sensível possam ser conotados como *objeto a*, eles devem ter seu valor, devem tornar-se objetos preciosos”. É em função desse valor do objeto que Lacan resgata do “Banquete de Platão” a noção de *agalma* – objeto precioso. O *objeto a* tem então sua face agalmática, além de poder ter a face de estranho ou hostil.

Então, para Freud, o sujeito não é o sujeito kantiano nem o sujeito heideggeriano. Ele é o sujeito dividido por essa perda de gozo na origem, porque *Das Ding* está desde sempre perdido.

Das Ding foi perdido e em seu lugar aparecem as marcas que constituíram as marcas do Outro nesse sujeito (S1) É essa produção que o analista, enquanto objeto ativo do processo analítico, eticamente deve manter.

A ética do analisante, tanto para Freud como para Lacan, é formulada na famosa frase: *Wo Es war soll Ich werden*. Ali onde o Isso estava, o sujeito deve advir.

Há ética onde há escolha. E cada interpretação reconduz o sujeito a essa escolha de seu desejo e de seus modos de gozo.

Termino com Miller, no artigo citado acima: “O analista não recebe casos clínicos, somos nós que os transformamos por nosso saber em casos clínicos; se o analista recebe casos, não são mais que casos éticos”. φ

PSYCHOANALYTIC CLINICAL AND ETHICS

Abstract

The author discusses psychoanalytic ethics from a clinical point of view. Psychoanalytic ethics can be defined as the ethics of “being well - said”, or in other words, it is actually the word that operates during tre-

atment. Each interpretation conducts the individual to the choice of this wish and to his forms of enjoyment, considering that psychoanalytic ethics implies maintaining the void lacking in the unconscious. Lacan worked on a unique association between the thing in Kant, Heidegger and Freud, concluding together with Freud that the subject in psychoanalysis differs from both the subjects in Kant and in Heidegger. The subject in psychoanalysis refers to one who is divided by the original loss of enjoyment, being that Das Ding has been lost forever.

Keywords

Transference and interpretation – Analyst’s position – Analyst’s wish – The ethics of “being well-said” – The thing in Kant – The thing in Heidegger – Das Ding, the object a

Bibliografia

COTTET, Serge. Introdução à Ética in FOLHA – Revista da Clínica Freudiana, ano 3, n./27, out./dez. 1988. Salvador: Fator, 1986.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. (1895) ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958), in *Écrits*. Paris: Seuil, 1967.

LACAN, J. Observação sobre o informe de Daniel Lagache – in *Écrits*. p. 684

LACAN, J. O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959/60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. Abertura da Seção Clínica, in *Ornicar?*

MILLER, J.A. “Non hay clínica sin Ética”, in *Matenas I*. Buenos Aires: Manantial, 1987.

RECEBIDO EM 30/05/2006

APROVADO EM 03/07/2006

SOBRE A AUTORA

Vanessa Campos Santoro

Psicóloga. Psicanalista. Membro do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais – CPMG

Endereço para correspondência:

Vanessa Campos Santoro

Rua Levindo Lopes, 333/1008 - Savassi

30140-911 - BELO HORIZONTE - MG

Tel.: (31) 3227-2718

E-mail: vanessasantoro@pib.com.br